

A GRAMÁTICA E O SEU USO SOCIAL

Irineu Lopes¹

RESUMO: O desempenho do ensino da gramática nas instituições de ensino é um ponto que divide as opiniões de educadores e especialistas no assunto. Contudo, todos acordam no que se refere ao objetivo máximo do ensino da língua portuguesa: o domínio das habilidades de ler e escrever com agilidade e competência. Este artigo enfrenta o desafio de revelar que é provável, ao mesmo tempo, ensinar gramática e ensinar leitura e escrita de textos. Entretanto, além de comprovar como fazer do processo de ensino-aprendizagem da gramática um importante aliado para o desenvolvimento da competência linguística do educando, a proposta apresentada admite como papel desse processo proporcionar aos educandos conhecimento básico sobre o mecanismo da língua e sobre a disposição de seu sistema gramatical. O desempenho de educadores e educandos em sala de aula está sempre no cerne das considerações teóricas. O educador deve sempre procurar ideias e reflexões que poderá ajudá-lo a repensar a sua prática de ensino e redefinir procedimentos e metodologias didático-pedagógicas. Da mesma forma, pela maturação da crítica e pela coerência dos conceitos e pressupostos que embasam a proposta.

Palavras-Chave: ensino; prática pedagógica; gramática, ensino-aprendizagem.

***ABSTRACT:** The performance of teaching grammar in educational institutions is a point that divides the opinions of educators and experts in the subject. However, everyone agrees on the ultimate goal of teaching the Portuguese language: mastery of reading and writing skills with agility and competence. This article faces the challenge of revealing that it is likely at the same time to teach grammar and teach reading and writing texts. However, in addition to proving how to make the teaching-learning process of grammar an important ally for the development of the linguistic competence of the learner, the presented proposal admits as the role of this process to provide learners with basic knowledge about the language mechanism and the disposition of its grammatical system. The performance of educators and learners in the classroom is always at the heart of theoretical considerations. The educator should always look for ideas and reflections that may help him to rethink his teaching practice and to redefine didactic-pedagogical procedures and methodologies. Likewise, by the maturation of criticism and by the coherence of the concepts and assumptions underlying the proposal.*

Keywords: teaching; Pedagogical practice; Grammar, teaching-learning.

¹Licenciado em Matemática e Letras pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES); Licenciado em Normal Superior pela Universidade Ermínio Ometto de Araras (UNIARARAS); Licenciado em Ciências e em Pedagogia pelas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (SCELISUL/UNISEP). Pós-Graduado em Educação Especial com ênfase em Deficiência Intelectual pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL); Pós-Graduado em Transtorno do Espectro Autista pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL); Pós-Graduado em Gestão Escolar pelas Faculdades Integradas do Vale do Ribeira.

INTRODUÇÃO

Quando se trata do ensino gramatical, o educador vive um impasse. Sabe que, para conseguir um efeito esperado, tem de romper com os obstáculos impostos pelo caráter de adotar somente os princípios da gramática tradicional, que consagrou a frase como a unidade de citação para a apreciação da língua. A indicação de que o educador deve ponderar não a frase isolada, mas sim o estilo da língua nos textos que já chegou aos seus ouvidos, oferece o texto para a sala de aula, apresenta os seus exemplos, mas é implicado de não saber utilizá-lo de modo apropriado. Como o educador deve agir?

Com a intenção de avigorar o norte de que, em sala de aula, as atividades gramaticais podem e devem ocorrer de forma preferencialmente integrada às aulas de leitura e de produção de textos, no transcorrer das explicações, sempre eleva a cautela para o fato de que uma das ocasiões mais promissoras para praticar os conhecimentos gramaticais que estão sendo estudados é, no processo da produção de um texto, a etapa de revisá-lo para torná-lo mais bem escrito.

Do mesmo modo, o processo de aprendizagem da leitura pode proporcionar excelentíssimas ocasiões para alçar questionamentos sobre o emprego de itens gramaticais que são estudados com os educandos.

Este estudo, que visa à importância do ensino da gramática e o seu uso social, é importantíssimo para que o educador chegue determinado pela concepção de que o ensino da língua deve levar em apreço o seu uso social e de que o processo de ensino-aprendizagem da gramática não advenha de maneira isolada, à parte, desligado do tratamento da leitura, da interpretação, da produção de escrita de textos, de sua reescrita.

No ensino da gramática o educador não pode deixar de notar que há nelas, além da preocupação com o episódio gramatical em si, uma precaução especial com o uso da língua, com as reivindicações e as advertências impostas pelo seu funcionamento. Por essa razão, os outros conteúdos de língua portuguesa estão ou pressupostos nas questões inteiramente junto com a gramática.

Espera-se que a leitura deste artigo possa colaborar para a melhoria das aulas de língua portuguesa e, diante uma ambição maior, estabelecida num anseio que certamente constitui o desejo da grande maioria dos educadores e demais profissionais da educação, é a melhora da educação em nosso país.

1. FUNDAMENTAÇÃO

1.1 Gramática – O Ensino e a Aprendizagem

A maior provocação que se exhibe ao ensino da gramática ultimamente é o de evidenciar a sua regularidade como um recurso secundário nas atividades de ensino-aprendizagem da língua portuguesa.

O educando que chega ao Ensino Fundamental, comumente aos cinco ou seis anos de idade, traz consigo uma noção, informação e conhecimento sobre a nossa língua portuguesa, sendo da linguagem doméstica e no meio social que frequenta.

Partindo deste pressuposto, é papel da escola trabalhar e desenvolver a sua competência comunicativa, principalmente no domínio das habilidades leitora e escritora. Sobre a competência comunicativa deve-se entender, segundo Luiz Carlos Travaglia (2004, p. 209), “a capacidade ou habilidade de usar a língua de forma adequada às diferentes situações de interação comunicativa a fim de produzir, usando textos, os efeitos de sentidos desejados em cada situação de interação para se comunicar com o outro”. Como o conhecimento gramatical poderia contribuir junto ao educando na melhora de sua competência comunicativa? Como poderia proporcioná-lo a ter um mais perfeito desempenho na linguagem oral e escrita da língua?

Na instituição escolar, a dificuldade com o ensino da gramática não está ligada na falta nem prática mínima quanto à sua utilidade em sala de aula, mas como se tem comprovado por meio de pesquisas, os conteúdos gramaticais fruem da prioridade da maioria dos educadores nas atividades de ensino. No entanto, a maioria continua trabalhando com as classes de palavras e as funções sintáticas, conquanto estejam se atentando minimamente com a prática de memorização, regras, conceitos e da nomenclatura gramatical. Em vista desta situação, o maior problema está numa metodologia fundamentada na reprodução mecânica de subsídios e ausente ao uso que os falantes perpetram da língua. Além do mais, os conteúdos gramaticais, mediante ao trabalho corriqueiro, toma quase o maior tempo proposto às aulas de língua portuguesa, pois os educadores possui dificuldade em apreender a leitura e a produção escrita de textos como conteúdos a serem lecionados, notando-os exclusivamente como atividades para outros fins. Agem pedagogicamente crendo na aprendizagem da leitura e escrita por meio do aprendizado da gramática da língua.

Deste modo, havendo um ensino equivocado da gramática e não levando em consideração e muito menos sem privilegiar as atividades que induzem ao ensino da

leitura e da produção escrita de textos, as aulas de língua portuguesa não alcançam e não conseguem desenvolver a competência comunicativa dos educandos, pois é notória a demonstração de pouca intimidade com a língua escrita, desfavorecido da leitura e escrita de textos mais simples, como tem sido comprovado pelo MEC nas provas oficiais aplicada aos educandos das escolas brasileiras.

Analisando a prática em sala de aula, os péssimos resultados de aprendizagem e que muitos estudiosos, até mesmo os linguistas, chegaram a defender e ainda defendem uma concepção de que o ensino da gramática é a grande culpada pela situação nefasta do ensino da língua no país, que deve ser deixada radicalmente pelos educadores, pois assim teriam tempo de sobra em suas aulas para se consagrarem inteiramente às atividades que podem efetivamente propiciar o desenvolvimento da competência leitora e de produção escrita de textos.

Enfim, é indispensável que o educador, em vez de virar às costas às atividades inteiramente vinculadas ao ensino-aprendizagem da gramática, tem a oportunidade de apropriá-la não somente como um meio reflexivo sobre a linguagem e as estruturas linguísticas, porém como uma ferramenta acessória no aprendizado dessas duas habilidades básicas e fundamentais à adequada execução e desempenho escolar dos educandos: ler e escrever textos.

1.2 A Finalidade do Ensino da Gramática

Nas atividades de ensino-aprendizagem, são três tipos de objetivos fundamentais e como principais a qualquer disciplina: ordem prática, ordem cultural e desenvolvimento das habilidades cognitivas. Portanto, é essencial que o estudo da gramática de língua portuguesa no Ensino Fundamental pautar-se a esses objetivos, ora mencionados.

O objetivo de ordem prática retribui à obrigação de aperfeiçoar a competência do educando no uso da língua, seja na linguagem oral quanto na escrita, colaborando para que sua atuação como falar e ouvir ocorra de forma apropriada e segura nas mais variadas situações de interação vivenciadas com diferentes pessoas. Tudo isto deve se refletir de modo imediato no desenvolvimento da competência e habilidade de produzir e interpretar textos orais e escritos, comprovando que o estudo da gramática se exhibe como um recurso auxiliar, de caráter sistemático, para acender a concepção a respeito do funcionamento da língua.

Diante às atividades de ensino-aprendizagem da gramática, permitindo uma conexão entre a teoria e prática, basta considerar sempre as cobranças atribuídas pelo uso da língua, como por exemplo: visando orientar o uso das letras minúsculas e maiúsculas na escrita de palavras, pode-se desenvolver aulas quanto as noções de nomes comuns e próprios, cujo ensino proporciona o conteúdo com os substantivos; ensinar os termos das orações, entre outros pretextos, como apoio necessário para o emprego dos sinais de pontuação; empregar a classificação dos tipos de sujeito para observar e definir as condições textuais necessárias para o seu emprego nos textos e assim aprender a usá-los adequadamente em sua própria escrita; aplicar de maneira adequada as conjunções adverbiais para demonstrar as relações semânticas entre as orações. O processo metodológico apropriado incide em ir da observação do uso da língua em diversos textos voltado à reflexão teórica e assim, aproveitando esta contextualização, novamente para a observação do uso, dirigindo-se aos textos alheios como nos textos preparados e elaborados pelos próprios educandos.

O segundo objetivo, denominado ordem cultural, conecta-se à necessidade de propiciar informações e conhecimentos a respeito de um dos subsídios formadores da identidade cultural brasileira, a língua portuguesa. É importante e necessário que as escolas brasileiras cumpram com a empreitada de enriquecer os vínculos culturais que nos instituem como povo. Quando se fala em criança deve-se levar em conta que a maioria é curiosa e gosta de apreciar e conhecer as coisas e as pessoas que se encontram em seu meio, suas histórias de vida, conhecer sua origem, suas características peculiares e particulares. Diante este fato, vê-se a importância de lhe proporcionar informações que são importantes para a sua desenvolvimento pessoal e a sua maneira de se sentir como falante da língua portuguesa. A professora Maria Isabel M. de Freitas Xavier (1998, p. 68) afirma o seguinte:

Não há hoje possibilidade de se desprezar o valor do componente cultural na educação de um indivíduo, e o conhecimento da língua que se fala talvez seja dos mais relevantes para a conscientização de alguém sobre sua identidade pessoal e cultural. Esse conhecimento inclui por certo a história dessa língua, os caminhos de sua evolução, sua estrutura, os seus aspectos morfológicos diferenciadores, os seus mecanismos de concordância e regência, as suas peculiaridades sintáticas.

O terceiro objetivo, conhecido como formação das habilidades cognitivas do educando, na expectativa de que a assimilação do conhecimento se faz primordialmente pela reflexão. Para que haja uma aprendizagem efetiva é necessário que se decorra do

ato de pensar. Portanto, quando o educador define o seu modo pedagógico tendo como objetivo de desenvolver as habilidades intelectuais do educando, durante todo o processo de ensino-aprendizagem, incide sua preocupação com o fato de que se deve criar ambientes para que o educando esteja frequentemente pensando e construindo o seu próprio saber. Segundo Vygotsky, em livro *Pensamento e Linguagem* (1989), afirma sobre os estudos da gramática:

A gramática é um assunto que parece ter pouca utilidade. Ao contrário das outras matérias escolares, não ensina novas habilidades à criança, pois esta já conjuga e declina antes de entrar na escola. Já se chegou até mesmo a dizer que o ensino da gramática na escola poderia ser abolido. Podemos replicar que a nossa análise mostrou claramente que o estudo da gramática é de grande importância para o desenvolvimento mental da criança. (p. 86)

E o autor ainda acrescenta: “A gramática e a escrita ajudam a criança a passar para um nível mais elevado do desenvolvimento da fala” (p. 87).

Entretanto, o linguista e professor Mario Perini (2002), quando se trata da formação das habilidades intelectuais, que “o estudo da gramática pode dar sua contribuição mais relevante” (p. 31), mediante sua consideração, ressalta que é exatamente nesta questão que o ensino escolar se mostra particularmente desprovido, porque não consegue desenvolver no educando a autonomia de pensamento. Ainda afirma que o “estudante brasileiro (e, muitas vezes, também o professor) é tipicamente dependente, submisso à autoridade acadêmica, convencido de que a verdade se encontra, pronta e acabada, nos livros e na cabeça das sumidades” (p.31). Levando em consideração que os dados sobre língua são aparentemente fáceis de analisar em sala de aula e que já existem estudos teóricos de gramática que são capazes de oferecer artifícios para a reflexão, Perini afirma:

O estudo da gramática pode ser um instrumento para exercitar o raciocínio e a observação; pode dar a oportunidade de formular e testar hipóteses; e pode levar a descoberta de fatias dessa admirável e complexa estrutura que é a língua natural. O aluno pode sentir que está participando desse ato de descoberta, através de sua contribuição à discussão, ao argumento, à procura de novos exemplos e contra-exemplos cruciais para a testagem de uma hipótese dada. (Perini, 2002, p. 31)

Visto a confirmação e afirmativas desses autores quanto à posição defendida sobre o ensino da gramática, aplicada de forma adequada, tem um desempenho fundamental na melhoria de atuação linguística dos educandos. O estudo bem dirigido da gramática permite aos educandos aprenderem a pensar por si mesmos e a estabelecerem os seus pontos de vista sobre a língua de maneira mais criteriosa,

ponderada, racional, coerente e consequente. Então, com o desenvolvimento da competência linguística, abre-se aos educandos uma aprendizagem efetiva por meio de um percurso mais seguro, levando-os a novos conhecimentos. `

1.3 A Importância do Educador como Agente de Transformação

O educador que esteja determinado a explorar a investigação pelas inúmeras perguntas e ligadas aos três objetivos explicitados, e por suas respostas deve convencer-se, antes de tudo, da importância de seu papel como agente de transformação, porque seu desempenho junto aos educandos é decisivo para o sucesso de ensino, sobretudo quando se trata de inovação didático-pedagógica, lembrando que nenhuma mudança concluir-se-á em sala de aula sem o seu definitivo apoio e mediação.

Então, o educador deve adentrar no processo fundamentalmente com um grande desejo de boa vontade: visando aprender, ensinar, experimentar a mudança, enriquecê-la com as ocorrências da sala de aula, refazê-la se preciso for ou instituir novas alternativas, mas nunca se recusar a fazer, abandonando o seu papel de educador.

Sírio Possenti (1996, p. 56) destaca a importância fundamental do educador como agente de transformação:

[...] as únicas pessoas em condições de encarar um trabalho de modificação das escolas são os professores. Qualquer projeto que não considere como ingrediente prioritário os professores - desde que estes, por sua vez, façam o mesmo com os alunos - certamente fracassará.

É fundamental e muito importante que o educador deve pensar a respeito do conceito que tem do educando, esse cidadão com quem convive diariamente na sala de aula e a quem deve ensinar a língua portuguesa. Os teóricos da conversação instruem que o conceito ou a imagem que fazemos de outra pessoa é um dos subsídios que intervêm em nosso modo de falar, pois, geralmente, alteramos nossa fala segundo quem esteja falando conosco.

Logo, para que a conexão entre o ensino e a aprendizagem, ou seja, o diálogo entre o educador e o educando ocorra de forma bem-sucedida é necessário que a boa vontade do educador se estenda também ao educando, apreciando-o como pessoa com desejo de aprender e valorizando-o como interlocutor. O educando ao reconhecer que é valorizado como interlocutor sentir-se-á acolhido de tal maneira que proporcionará garantia e segurança para expor suas percepções iniciais, busca pelas respostas às suas dúvidas, troca de ideias, construção conjunto de conhecimentos e, por fim, aprender,

pois é nesse espaço da interlocução, do pensamento coletivo que se certifica a aprendizagem.

É sabido que o educador não é aquele que traz informações e conhecimentos para repassar aos educandos, porém aquele que busca ensinar, fazer com que o educando lide com as informações e os conhecimentos que o mundo lhes propicia frequentemente. Então se deve acreditar que o ensino dos conteúdos gramaticais pode ajudar o educando a manifestar-se com sucesso, especialmente, em sua relação com os textos escritos. Por tal razão, é muito importante o envolvimento ativo do educando no processo, tendo basicamente o pressuposto de que ao educador compete atuar efetivamente como mediano na relação do educando com o conhecimento a ser alcançado.

1.4 Língua e Linguagem e Suas Concepções

As ciências de língua e linguagem, embora muitas vezes relacionadas e consideradas como sinônimas, preservam algumas diferenças entre si. Entretanto, a palavra língua é empregada para mencionar o sistema que, organizado por palavras, expressões e por regras que concordam tais unidades em frases e textos, é usado pelas pessoas como o principal meio de comunicação. São diversas línguas espalhadas pelo mundo: o português, o inglês, o espanhol, o japonês, o russo, o francês, entre outras. Por outro lado, a palavra linguagem é empregada para indicar e empregar os signos como expressar ideias, sentimentos, percepções, ou seja, é o meio para utilizar a faculdade humana. Há a linguagem verbal e que é realizada por meio de palavras e outras diversas, como: a linguagem musical, a pictórica, a de sinais, por exemplo.

A linguagem deve ser compreendida como uma atividade interativa, dialógica, visto que dois ou mais interlocutores, estabelecidos num contexto social e num período histórico exclusivo, constituem significações e compreensões, ou seja, comunicam-se entre si.

Ouvem-se frequentemente muito brasileiros, por costume, afirmando que conhecem muito mal a língua portuguesa e que não deixam de estabelecer várias ideias a seu respeito; que a língua portuguesa é difícil e complicada; que existe apenas uma maneira certa de falar; que esta “maneira certa” já se encontra constituída há muito tempo e foi aplicada pelos grandes escritores e mestres da língua. Aproveitando este contexto e levando em consideração algumas dessas ideias e persuasões corriqueiras, às

vezes partilhadas por alguns educadores, com o objetivo de apontar características da linguagem e da língua que tem um papel determinante no processo de ensino-aprendizagem. Há educadores afirmando que para ler e escrever com sucesso basta conhecer as palavras e suas regras de combinação, ou seja, ter o domínio do léxico e da gramática.

Existe uma crença de que os brasileiros com pouca ou nenhuma escolaridade falam errado, pois não conhecem a língua portuguesa. Afinal, que língua fala o povo brasileiro em seu dia a dia? Que língua emprega em seu relacionamento cotidiano com familiares, amigos ou pessoas que encontram em seu meio? Em virtude das respostas a essas perguntas demonstra-se que isso já é um primeiro passo para distinguir que todos os brasileiros conhecem a língua portuguesa, ainda que cada um a pondere a seu modo, de forma diferente e desigual, com proximidade ou não da maneira prestigiada socialmente, ou pela norma culta, ou da diferença de língua que é considerada como modelo ideal para o ensino nas escolas.

O conceito desse caso traz consigo a valorização de uma característica da linguagem que a partir do século XIX houve uma atenção mais centrada dos estudiosos da linguagem e que tem um resultado extraordinário para o ensino: a variabilidade linguística. As línguas não são invariáveis, pois vêm apresentando variações de acordo com uma cadeia de fatores: o espaço geográfico, o transcorrência do tempo, o meio social, a profissão, a idade, o nível de escolaridade, entre outros. No meio educacional, os educandos entram em contato com uma variedade linguística trazida pelos colegas e a variedade culta que a escola quer lhes ensinar.

É fato que há semelhanças e diferenças. As semelhanças é que admitem a interlocução entre os falantes de distintas circunstâncias sociais, de lugares e de épocas e que, ademais, atestam que as multiplicidades são minimamente manifestações reservadas de uma mesma língua. Contudo, as diferenças mais evidentes se localizam no vocabulário, na pronúncia, no sotaque, nas estratégias gramaticais que cada pessoa utiliza para formar suas frases, na conjugação de seus verbos, por exemplo.

Quanto a essas diferenças, todas as variedades linguísticas são corretamente adequadas para preencher as necessidades de comunicação dos falantes, o que lhes atribui legitimidade do ponto de vista linguístico. Não compete ponderar, por essa razão, uma variedade como “certa” e outras como “erradas”. Geraldi (1996, p. 69), em suas palavras:

a noção de erro não é uma questão linguística estrita, mas deriva da eleição social de uma das variedades como a certa. Não por acaso, esta variedade é aquela falada pelo grupo social que detém o poder (econômico, político, social). E esta variedade foi a base para a construção da escrita, porque na história, somente aqueles que tiveram tempo disponível para refletir puderam debruçar-se sobre suas formas de falar e num longo processo histórico foram construindo a modalidade escrita.

A atitude de levar em consideração erradas as maneiras de certos grupos sociais é uma conduta de natureza social preenchido de preconceito e, logo, sem justificativa na própria natureza da língua. Da perspectiva rigorosamente linguística, as noções de “certo” e “errado” não resultam quando aplicadas ao uso de uma variedade. De fato, cada uma delas satisfaz a uma explicação particular do mundo e fala sobre ele como foi sua compreensão. É comum os falantes, quando interagirem entre si, buscarem não dizer coisas, mas, dependente daquilo que dizem, obtiverem determinados fins: solicitar, convencer, informar, ofender, comover, convidar, divertir. Independentemente da multiplicidade empregada, todos os falantes conseguem alcançar os objetivos desejados na interação.

Geralmente, a linha que se dá na escola é quando as dificuldades maiores aparecem na interação linguística dos falantes e que estes utilizam variedades diferentes e se referem a coisas do mundo que o outro interlocutor não conhece. O educando quando chega à escola quer aperfeiçoar o seu atuação como falante de língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, mas pode ser procedente de um grupo social cuja variedade coloquial se distancia bastante daquela variedade linguística utilizada nos livros. O espaço que se abre diante desse educando é amplo e desafiador. Para ter um conceito das dificuldades que o aguardam, basta lembrar que estudar uma língua, ou estudar uma variedade nova, a chamada língua culta ou padrão, e buscar aprendê-la em uma modalidade distinta, no caso a escrita, é aprender também a ver o meio e o mundo com outros olhos e fazer novas interpretações, a se referir a ela ou a descobrir essas referências de uma maneira inovadora, a partilhar com outra estrutura de linguagem até então nunca exercitadas, e aprender a interagir linguisticamente com pessoas distintas e em situações diferentes daquelas do convívio usual.

No processo de interlocução, a produção e a interpretação de significados determinam mais que isso, sendo a noção do léxico e da gramática apenas a sua face mais manifesta. Isso pode ocorrer com qualquer pessoa desde a experiência frustrante de não chegarmos a compreender o que se ouve e o que se lê apesar do conhecimento a

todas as palavras que foram utilizadas. Isso acontece porque simplesmente a definição que elas causam pode estar desconecta da sequência linguística aparente, como por exemplo: numa informação subentendida ou em um conhecimento pressuposto, ausentes à nossa abrangência; numa aversão entre o que é expresso e a realidade que nos esquivamos; no contexto de interação que não reconhecemos bem.

Porém, se por um lado aprender a ler e a escrever ultrapassa o valor de dominar as palavras e as regras da gramática de uma língua, por outro lado adquirir um vocabulário rico e aprender a pensar sobre as formas gramaticais dessa língua não é um saber inútil e inculto. É fato que na língua, inclusive o sistema gramatical, há a participação da produção dos significados. Esta é uma das funções mais importantes, porém esquecida de ser aplicada em sala de aula. Em síntese, o estudo da gramática tornou-se estéril e inócuo. A gramática deve contribuir para o resgate do seu valor como um recurso eficaz de aprendizagem da língua portuguesa.

O educador precisa manter-se cuidadoso aos problemas de aprendizagem decorrentes da variedade linguística, sustentando-se numa concepção de língua e linguagem que o oriente e ajude a aceitar as decisões mais sucedidas em seu fazer pedagógico. Essa concepção necessita ver a linguagem como uma atividade expressiva e significativa que desempenha, prioritariamente, na atuação do educador, revestindo-se das seguintes características:

- é diferenciada no meio social, estendendo-se em múltiplas variedades (orais, escritas, sociais, regionais etc.);
- todas as variedades conseguem consentir as necessidades de comunicação de seus usuários;
- todas as variedades possui o mesmo valor do ponto de vista linguístico: se uma delas, durante um determinado período da história, passou a ser ponderada padrão, tal fato se deveu a imposições de natureza sociocultural, política e econômica; não há uma variedade que, linguisticamente, possa ser considerada como melhor do que as outras.

Além dessas características da linguagem, destacam-se outras duas pela influência que, também, podem exercer na atuação do educador, sendo aquelas que:

- se refere ao modo de produção dos significados pela língua;
- diz respeito ao dinamismo da língua, à sua constante renovação.

As línguas não se expõem prontas e acabadas para as novas gerações que as vão aprendendo, mas é óbvio que elas instituem um legado cultural e conservam a história dos acontecimentos. Lembrando que é uma herança viva, em constante movimento, que vai se transformando de acordo com a história de vida das pessoas. Todas as línguas se expõem com essa dualidade claramente contraditória por serem ao mesmo tempo conservadoras e abertas a modificações e são formadas pelo legado do passado e pelas inovações geradas no presente, numa mistura perfeita entre a força da estabilidade, que garante o prosseguimento e a unidade linguística, e a influência da transformação, que assegura a renovação e a identificação com a vida das pessoas. Essa atuação linguística está presente no centro de todas as variedades que nem as mais resistentes e conservadoras, tal como a língua escrita, conseguem fugir de sua atuação.

Essas características destacadas, próprias à linguagem, não devem ser ignoradas pelo educador em sua atividade pedagógica, correndo o risco de ver extinguidos todos os seus empenhos, seja estrategicamente ou metodologicamente, para que o educando se tornem mais competentes em sua atuação linguística. É evidente, se o que o educador ensina não reflete em um entendimento sobre a língua assim como ela é, muito difícil se torna a aprendizagem. Então, partindo desse princípio, pode-se entender por que muitos conferem à língua portuguesa o caráter de difícil e complicada, mas não o é. Buscando a lembrança desde a infância, a criança aprende a falar naturalmente a língua portuguesa usada na sua vida doméstica com a família e nos meios sociais mais próximos. A instituição de ensino é que necessita instruir-se para abordar a língua sem desvirtuamentos e incompreensões, tendo-a como expressão de vida e apresentando ao educando que todas as pessoas participam do procedimento de sua constante estabilidade e renovação.

Tratando-se da língua e que esta existe para produzir significados e propiciar a interação, estabelecido por meio de sua gramática, então convém que esta também seja definida para o mesmo fim. Diante todo este contexto é evidente que o ensino dos conteúdos gramaticais é integrante ao processo de ensino-aprendizagem do uso da língua e devem refletir essas mesmas concepções fundamentais sobre a língua e a linguagem. Portanto, não se pode ignorar o uso e os falantes, não pode contestar a intenção à renovação da língua nem a essência das variedades linguísticas, não tem o direito de desconsiderar o contexto em que se produzem os sentidos e se aplicam as formas gramaticais.

É preciso que o educador tenha muito claro o que se entende por gramática, pois ele é polissêmico, como tem sido destacado por diversos autores. Contudo, pode-se dizer que as suas distintas significações, nas teorias linguísticas, se prendem de alguma maneira à ideia de um conjunto de normas que presidem o funcionamento da língua.

Tratando-se do conjunto de regras que corresponde à descrição da variedade de prestígio, a denominada língua padrão ou culta, tem-se por objetivo determinar o uso que dela fazem às pessoas com um nível mais elevado de instrução, os meios de comunicação global, os documentos oficiais, as publicações, entre outros. Além de descritiva, esse tipo de gramática tem caráter normativo quando parte da suposição de que suas normas devem ser seguidas por todas as pessoas.

Por outro lado, o conjunto de normas pode satisfazer a descrição de qualquer variedade da língua, oral ou escrita, ágrafa ou não. Já, em uma terceira acepção, o conjunto de normas pode se mencionar à descrição do conhecimento que o falante tem da língua e a gramática, denominada de internalizada.

Esquemáticamente, temos:

- gramática normativa: conjunto de normas da língua culta que devem ser acompanhadas por todas as pessoas que se comunicam verbalmente;
- gramática descritiva: conjunto de normas que são acompanhadas pelas pessoas que se comunicam verbalmente ou falantes da variedade descrita;
- gramática internalizada: conjunto de normas que a pessoa falante domina e que satisfaz ao conhecimento implícito, não consciente, que ele possui da língua.

2. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura, do tipo descritivo, de abordagem qualitativa. Portanto, foram utilizadas referências relacionadas ao tema e que consentissem aos objetivos da pesquisa.

Foram incluídos nas pesquisas: artigos, dissertações e teses disponíveis na íntegra, em língua portuguesa; livros de autores que são referências no tema abordado e sendo excluídas as publicações incompletas, editoriais e projetos.

3. RESSULTADO E DISCUSSÃO

Levando em consideração as três definições teóricas do termo gramática, o educador simplesmente conclui que os educandos são possuidores de um saber gramatical sobre a língua, a sua gramática internalizada, cujos alicerces se desenvolveram no processo de aquisição da linguagem fora da escola, de modo bastante livre e interativa. Essa prática de aprendizagem, que é bem incidida para todos os falantes, é um indicativo que o ensino da gramática deve se fundamentar-se nos usos da língua, conectando-se por essa razão as atividades de leitura e produção de textos orais e escritos.

A gramática internalizada dos educandos, com o passar do tempo e utilizado por meio de estudos, tende a enriquecer-se. Toda instituição de ensino não pode ignorar as variedades linguísticas, que proporcionam um rico espectro das possibilidades combinatórias do sistema gramatical da língua e das aplicações de seus recursos de expressão. Por outro lado, é a necessidade de estudar a variedade culta da escrita que leva os educandos à escola.

Entretanto, como as multiplicidades de uma mesma língua proporcionam entre si muitas zonas de encontro e quanto mais se aprende a respeito delas, mais se aprende sobre a própria língua, o privilégio de uma delas não denota excluir as demais.

Outra linha imprescindível para o ensino da gramática da norma culta ou variedade padrão é levar em conta a sua semelhança com as outras variedades, tanto orais como escrita da língua. Assim, os educandos poderão instruir-se muito sobre a acomodação da linguagem ao contexto de interação discursiva e tomar consciência de que todos os falantes empregam ora uma variedade, ora outra, fazendo da linguagem um espaço para conseguir os objetivos que anseiam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as considerações sobre a importância da gramática, em todo seu contexto, apresentadas sobre a língua e linguagem, destacam-se os seguintes pontos:

- linguagem é uma atividade discursiva que se atinge na interação linguística entre dois ou mais falantes;
- linguagem é, deste modo, interação; por discurso apreende-se linguagem em ação;

- o emprego básico das línguas é a produção de significados; tudo que é linguístico participa dessa função;
- a língua é, em seu fato social, um sistema dinâmico e heterogêneo, ou seja, constitui-se por distintas variedades em constante renovação;

As decorrências de sentido determinadas na influência mútua discursiva não dependem apenas dos dados linguísticos, mas também da condição real em que essa atividade se realiza.

Dessa comprovação conclui-se que o ensino da gramática deve se centralizar na variedade padrão escrita língua, fazendo dela o elemento privilegiado das atuações de ensino-aprendizagem.

Então, se o educador ensina gramática fundamentando-se nos usos orais e escritos da língua, logo: tem-se por objetivo a aprendizagem por seus educandos da variedade culta ou padrão; considera-se nas atividades que aplica as semelhanças desta com as outras variedades da língua; se não questiona à noção de erro para se mencionar ao discurso dos educandos que trazem à escola uma variedade distinta daquela que quer ensinar; então pode-se pronunciar que o seu desempenho se aparta da noção de gramática normativa e se alinha com o conceito de gramática como sistema que estabelece a língua de modo tão bem proferido e articulado, porém ao mesmo tempo tão flexível, que modificações, variações e inconstâncias não são elementos ausentes a sua estruturação formal, mas se estabelecem em recursos que colaboram para o funcionamento da língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola, 2007.

BECHARA, Evanildo. **Lições de português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1970.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Lisboa: Edições João Sá da costa, 1991.

GERALDI, João Wanderley. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

LUFT, Celso Pedro. **Novo Manual de português: gramática, ortografia oficial, redação, literatura, textos e teses.** São Paulo: Globo, 1989.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola.** São Paulo: Contexto, 1990.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português.** São Paulo: Ática, 2002.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas-SP: ALB; Mercado de Letras, 1996.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Teoria linguística e ensino: da necessidade de trabalhar com a significação no ensino da língua materna.** In: BASTOS, Neusa Barbosa (Org.). **Língua Portuguesa em calidoscópico.** São Paulo: EDUC, 2004. p. 207-218.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

XAVIER, Maria Isabel M. de Freitas. **O útil e o inútil no ensino da língua materna.** In: DALLA ZEN, Maria Isabel; XAVIER, Maria Luísa M (Orgs.). **Ensino da língua materna: para além da tradição.** Porto Alegre: Mediação, 1998.